

ESTIGMA SOCIAL, ACESSO À SAÚDE E PROTEÇÃO JURÍDICA NO CONTEXTO DO HIV/AIDS NO BRASIL

Aline Marins de Oliveira Brum¹; Fabiana Terra da Silva²; Wagner Luiz³.

¹Estudante, Universidade Iguazu - campus V; ²Estudante, Universidade Iguazu - campus V; ³Professor, Universidade Iguazu, campus V.

E-mail do autor principal: fabianaterra07@gmail.com

Introdução e/ou Fundamento: O Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV), responsável por enfraquecer o sistema imunológico e aumentar a vulnerabilidade do organismo a infecções e doenças, ainda é cercado por estigmas e preconceitos sociais associados às suas formas de transmissão, que ocorrem pela troca de fluidos corporais, principalmente em relações sexuais sem preservativo, contato com sangue contaminado e transmissão da mãe para o bebê. Em razão do medo de discriminação e julgamentos, muitas pessoas que vivem com HIV/AIDS deixam de buscar diagnóstico ou interrompem o tratamento. Nesse contexto, a Lei nº 14.289/2022, conhecida como Lei do Sigilo, assegura a confidencialidade dessas informações, proibindo a divulgação de dados que permitam a identificação dessas pessoas em ambientes como trabalho, serviços de saúde, instituições de ensino, administração pública e processos judiciais. **Objetivo:** Promover ações educativas e campanhas de informação atualizada voltadas à conscientização da população sobre o HIV/AIDS, visando combater o uso de termos pejorativos e estigmatizantes — como “aidético”, “soropositivo”, “doença de gay” e “contaminado” — e contribuir para a redução do estigma, o fortalecimento da prevenção e a promoção da saúde da população vulnerável. **Material e Métodos:** A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e documental. O estudo foi fundamentado na análise de artigos científicos, publicações acadêmicas e na legislação brasileira que tratam do estigma e da discriminação associados ao HIV/AIDS. Esses materiais foram selecionados com o objetivo de compreender, à luz da produção científica e do marco normativo nacional, como se constituem e se reproduzem práticas e discursos estigmatizantes relacionados ao Vírus da Imunodeficiência Humana. **Resultados:** Visto que o estigma social está fortemente presente na sociedade, espera-se que através de informações coerentes quanto à contaminação e os tratamentos acerca do vírus, a exclusão e a discriminação populacional seja dirimida, para que, dessa forma, pessoas soropositivas para HIV tenham acesso à saúde e ao tratamento necessário de qualidade sem que sejam pré-julgadas. **Conclusões:** Portanto, a ampliação de atividades educativas e campanhas de conscientização é fundamental para reduzir o estigma associado ao HIV/AIDS no Brasil e difundir informações corretas, favorecendo o acesso ao diagnóstico, ao tratamento e às estratégias de prevenção, com maior equidade em saúde. Assim, o fortalecimento de políticas informativas e a garantia de direitos — como os previstos

na Lei nº 14.289/2022 — são essenciais para que pessoas que vivem com o Vírus da Imunodeficiência Humana acessem os serviços de saúde com segurança, dignidade e confidencialidade.

Palavras-chave: HIV; Educação; Preconceito; Saúde.